

MARGRAVE – TRILHAS E CAMINHOS COLONIAIS DO RIO GRANDE

Walner Barros Spencer, Dr.
Sociedade Norte-rio-grandense de Arqueologia e Meio Ambiente / SONARQ

Levy Pereira, Esp.
Natal Land Clube / NLC

1. Introdução

Há 375 anos atrás as tropas batavas da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais – *der Geoctroyeerde West-Indisch Compagnie* – W.I.C. – ocupavam o Rio Grande do Norte. Desde então, muito se falou e se escreveu sobre os holandeses, seus feitos e desfeitos.

De um lado, tecem-se loas, de outro, proferem-se impropérios. Aqui, argua-se a competência; ali, denuncia-se a ganância inaudita. Um pouco atrás, admira-se a tolerância religiosa; adiante, abomina-se a crueldade impiedosa.

Esse jogo de puxa-empurra, por vezes equivocado, por vezes bizarro, alardeando nacionalidades, conclamando parcialidades, debatendo direitos, asseverando conquistas, documentado alguns, artificioso outros, adentrou mesmo o campo histórico.

A emoção está presente – mesmo que subliminarmente – na grande maior parte das obras históricas brasileiras sobre o assunto. Elas trazem uma visão portuguesa – melhor dizendo, ibérica – da questão do domínio do Nordeste brasileiro durante 24 anos por uma companhia de comércio formada com acionistas dos Estados Gerais dos Países Baixos Unidos – ditos, erroneamente, Holanda.

Valorizar a cientificidade, exercer a imparcialidade histórica – mesmo que não se possa ser neutro em razão dos conhecimentos que temos hoje e pela nossa *visão-de-mundo* – solicita identificar as evidências que ajudem a explicar a realidade do momento histórico considerado.

O domínio batavo do Nordeste brasileiro está perfeitamente adequado a este propósito, pois foi uma conquista efetuada por uma companhia de comércio que buscava, preponderante e especialmente, a lucratividade dos investimentos realizados. Afinal, como companhia acionária devia distribuir dividendos dos lucros auferidos em seus empreendimentos. Assim reza o Artigo XVI dos Privilégios concedidos e acordados em 1621 com “*as Nobres e Altas Potencias dos Estados das Províncias Unidas dos Países Baixos*”:

“Todos os 6 [sic] annos deve fazer-se um balanço geral de todos os equipamentos e retornos, assim como dos lucros e perdas da Companhia, separando-se a conta dos negócios da que se referir à guerra... e também devem ser feitas as partilhas dos lucros dos negócios, sempre que se achar que haja 10% de lucro¹.”

A cada balanço, os acionistas podiam optar por manterem o capital aplicado, no todo ou em parte, por mais um período igual de tempo, ou se retirarem da sociedade, recebendo o capital inicial em prazo determinado pelo Conselho dos XIX, a Assembléia Geral.

Nunca é demais lembrar que os acionistas da W.I.C. não eram unicamente formados pelas províncias de Amsterdã, Zelândia, Mosa, Holanda setentrional, Frísia e Groeninga, mas também de cidadãos comuns de qualquer país:

“XXIV - Todos os habitantes das Províncias Unidas e de outros países devem ser avisados por meio de editais que... serão aceitos os capitais que quiserem empregar na Companhia...²”

O lucro dessas companhias baseava-se no saque das riquezas tangíveis e de fácil conversão, principalmente metais e pedras preciosas adquiridas por ações de corso, permitidas pela Carta de Privilégio dada à W.I.C. pelos Estados Gerais.

A Companhia também auferia lucros no confisco dos bens de comércio dos conquistados, como cargas depositadas nos armazéns e portos. Quando possuísem direitos de comércio, o redito incluía a taxação dos comerciantes e, mais tarde, com a conquista de territórios, com os tributos sobre a população. Também lucravam na importação e exportação de mercadorias. Por último, buscava lucrar aproveitando-se dos elementos econômicos existentes, visando à produção de produtos da terra com procura na Europa

A W.I.C. ainda se proclamava um instrumento eficiente de guerra contra o reino de Espanha, pois, como diz Joannes de Laet, de Antuérpia, diretor da Companhia:

“Não há afinal meio mais expedito e seguro de chamar o inimigo à razão do que guerreá-lo continuamente na América e assim supprimir a fonte de suas melhores rendas, para o que não faltarão à Companhia zelo e capacidade, bastando que o governo se digne de lhe dar a mão.³”

Em um primeiro momento, portanto, destruir, parece ter sido tão importante quanto saquear, no contexto da guerra das Províncias Unidas e a Espanha. E capturar

¹ LAET. Joannes de. História dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais desde o seu começo até o fim do anno de 1636. In: *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, v. XXX (1908), 1912. p. 4.

² Id., Ibid. p. 12.

³ LAET. Op. cit. p. 10-11.

e destruir embarcações dos inimigos, após apoderar-se do butim, era prática comum efetuada pelos navios corsários da Companhia tanto no *Mare Brasilicum* quanto no *Mare Caribaeum*.

Conquanto existam nos Privilégios e seus complementos, alusões várias ao comércio, aos direitos e aos preços de venda de mercadorias arrecadadas, e negociadas pela Companhia; à formação das tropas de guerra; aos portos de chegada e partida nos Países Baixos; à distribuição e repartição dos bens desembarcados; à arrecadação de tributos, aos cometimentos de guerra, e outros, eles nada dizem sobre a colonização de outras terras, da administração de outros povos, do gerenciamento de lavouras, e da produção e beneficiamento dos produtos delas oriundos.

O mais próximo disso, como papel da Companhia, nos direitos e deveres a ela concernentes, é o artigo que estipula o povoamento – note-se a ressalva – de lugares desabitados e férteis. A bem da verdade, a idéia de colonização de terras por parte das Províncias Unidas, e a construção de um império extra-europeu, era a plataforma inicial de Willelm Usselinx, o mentor da W.I.C., que terminou derrotado em seus ideais e concepções.

Não é de estranhar que historiadores como G. Edmunds, citado por Wätjen, são taxativos em afirmar o espírito de agressividade da Companhia Privilegiada⁴:

*“A trading company in name, and armed and semi-independent corporation in reality, aiming indeed at profit, but profit by war rather than peace, its object being to strike home at the national foe upon his most vulnerable side and thus to bring him the more speedily to his knees.”*⁵

Ao correr dos anos, entretanto, a Companhia foi encontrando dificuldades de manter prospectos de abonamento e riqueza, de um lado, e de agir em detrimento da Espanha, causando-lhe prejuízos, de outro, ainda mais quando em comparação com a sua rival conterrânea, a Companhia Privilegiada das Índias Orientais. Nem tudo lhe saía a contento.

Não se esperava um grande comércio com os nativos desses lugares – América e África -, pois de pouco precisavam além de machados, facas, corais e outras bagatelas. Além disso, quase não se vestiam. Consequentemente, não podiam esperar grandes volumes de carga para serem transportadas de um para outro lado.

⁴ EDMUNDS. In: Wätjen. Hermann. *O domínio colonial holandês no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1938. p. 83

⁵ “Uma companhia de comércio no nome, uma corporação armada e semi-independente na realidade, fitando lucro na verdade, mas lucro por meio da guerra mais do que pela paz, e tendo por objetivo atacar ao inimigo nacional na casa dele, e assim fazê-lo ajoelhar mais facilmente.” (Tradução livre do autor).

O próprio curso estava cada vez mais dificultado pelo estado de alerta da Espanha. As frotas estavam sendo fortemente comboiadas, e somente a sorte de alguns, e o mau destino de outros, fazia com que alguma presa valiosa se desgarrasse e fosse encontrada pelos navegantes de curso.

Resta forçar os ibéricos a fazer a paz e incrementar o comércio ou, na recusa, privá-los definitivamente de seus lucros, inclusive estabelecendo os seus nacionais – os batavos – no lugar deles para haurir dos proveitos decorrentes. A idéia se fortalece quando a Companhia começa a sofrer forte pressão por parte dos Estados Gerais para atacar a América – nervo econômico da Espanha, enfraquecendo-a.

A W.I.C. pondera e busca se esquivar dessa missão. Por que arriscar o melhor da Companhia em uma aventura cheia de incertezas?

A Companhia estava bem informada sobre a América, e mais se informava sobre o que lhe interessava: quais os pontos fracos e os fortes. Em vista desses cuidados, a primeira opção era a de percorrer insistentemente a costa americana, atrapalhando o carregamento das riquezas para a Espanha, e forçando-a a gastar na reparação das fortalezas costeiras, e no aumento da frota de guerra. A W.I.C. pretendia se ressarcir de seus custos pelos atos corsários e, concomitantemente, enfraqueceria a Espanha – pouco lucro, mas bastante dano. Enquanto isso, tentaria golpes de mão em alguns pontos do Brasil, até achar o ponto mais fraco.

E assim, diz Laet, a Companhia, por força das armas empreendeu, *“por mar e por terra, contra o rei de Hespanha e seus súbditos ... principalmente na afamada província do Brasil, onde a Companhia acabou por fazer assento, substituindo-se aos seus inimigos⁶...”*.

2. Rio Grande - Præfecturæ batava

A Capitania do Rio Grande foi uma onde os batavos mantiveram núcleos populacionais e na qual levaram uma vida com certa organização social, convivendo, com humor variado, com nativos e colonos portugueses, durante cerca de 20 anos. Qualquer um poderia ter nascido e vivido nesse território, nessa conjuntura, e atingido a idade adulta, independente de etnia, nacionalidade ou partido.

Não houve atos constantes e regulares de guerra no Rio Grande, mas sim fatos isolados como a tomada da Fortaleza dos Santos Reis – marco inicial da presença neerlandesa -, das lutas em Cunhaú e lagoa de Guaraíras, além de quatro ou cinco razias de maior envergadura das guerrilhas pernambucanas ao sul do território no intuito primordial de destruir canaviais e arrebanhar gado vacum.

⁶ LAET. Op. Cit. p. 34-35.

Fora disso, não há documentação suficiente para afirmar que a presença holandesa ali tenha sido eivada de violência, excluindo duas matanças realizadas por tropas mistas de soldados e nativos das nações potiguara e tarairiú, sobre cidadãos. Mas, asseverem-se, estes foram fatos isolados no contexto de uma guerra violenta, e muitas vezes cruel, de qualquer dos lados envolvidos.

Seguramente, houve paz durante 12 anos, e ao tempo da administração do Conde Maurício de Nassau – de 1637 a 1644 -, uma relativa concórdia e mesmo amizade entre a totalidade dos moradores, como se pode depreender, inclusive, pela eleição de portugueses como escabinos - membros do Conselho de cada Prefeitura⁷.

O Rio Grande holandês apresenta certas particularidades que passam despercebidas muitas vezes. Mesmo sendo uma das Capitânicas em que os holandeses permaneceram por longo tempo, foi a que menor destruição física sofreu. Isso porque estava protegida geograficamente do contato regular e diuturno com as forças que buscavam destruir aos holandeses. Não é por acaso que ela garantiu durante longo tempo a alimentação das forças militares da Companhia com a carne de seu enorme rebanho de gado vacum.

Mesmo no auge das atividades das guerrilhas pernambucanas que incendiaram com suas tropas mistas as Capitânicas ao norte de Pernambuco, elas nunca adentraram extensivamente o território rio-grandense.

As tropas pernambucanas atacaram o Cunhaú e suas circunvizinhanças, inclusive a ilha que ficou conhecida como do Bom-Sucesso, hoje, com muita probabilidade, o local conhecido por Ilha do Maranhão. Andaram em força naquelas regiões inquietando aos batavos, e alcançaram a Lagoa de Guaraíras para lhes tomar as trincheiras e a casa forte construídas em uma pequena ilha, que ainda está lá, marcada pelas velhas cicatrizes dos sangrentos combates.

Uma só vez as tropas ibéricas perpassaram pelas áreas ao norte do rio Trairi. O fato ocorreu em 1640, quando da inusitada marcha épica das tropas desembarcadas em Touros, e que, sob o comando de Luiz Barbalho Bezerra, demandaram à Bahia, pelejando praticamente durante todo o caminho até o rio São Francisco.

Fica claro, portanto, que a Capitania do Rio Grande, devido principalmente à sua localização geográfica em função das disposições das forças portuguesas e

⁷ Os escabinos constituíam tribunais municipais de jurisdição civil e criminal, compostos de quatro membros (na PB e RN), de três. Como assistentes do Esculteto, que exercia funções de chefia administrativa, judiciária e de polícia, formavam com ele o Conselho Comunal.

espanholas – postadas estas para lá, além São Francisco – ficou defesa de ataques militares terrestres por um longo tempo.

No que tange às tropas pernambucanas – que usavam com muito êxito a tática das guerrilhas – o terreno do Rio Grande, em sua generalização – não lhes oferecia maiores facilidades, pois não havia a presença constante e maciça de matas, enquanto sobejava a campina. Como sabemos, esse tipo de guerra é baseada na ação de pequenas unidades táticas que atacam de inopino e de súbito desaparecem nas matas. Assim, a leitura dos cronistas da guerra dos pernambucanos contra os *holandeses* está eivada de alusões a matas fechadas onde se homisiava a população fugitiva e as tropas de guerrilhas.

A guerra luso-espanhola contra as forças da Companhia Privilegiada, á moda continental européia, com grandes manobras de tropas ou com o recolhimento a sítios defensivos, foi perdida, pois os holandeses a conheciam e eram muito experientes nela. Diferentemente, destarte, foi a guerra dos pernambucanos: rápida, solerte, fugaz, com tropas de todos os tipos e cada uma demonstrando novas peculiaridades de luta, quase que intangíveis, que faziam uma guerra visando o enfraquecimento de recursos da outra parte, ao esgotamento de seus víveres, a lhe impor dificuldades logísticas, com ataques e fugas quase que instantâneas, baseados tanto no conhecimento da terra para seus movimentos quanto para a sua alimentação – enfim, a guerrilha. E a eficiência e eficácia desta dependiam da existência de matas.

Os caminhos são sempre ínvios, necessitando de práticos que os conheçam. Os indígenas eram guias prestimosos, não só porque habitavam a terra secularmente, mas porque muitos dos caminhos – quiçá a maioria – era uma derivação ou extensão de antigos caminhos indígenas, os quais, anteriormente serviram de ligação entre as diversas tribos amigas, ou levavam à fronteira com as inimigas.

Desses caminhos haviam servido-se os franceses nos ataques à Paraíba, para impedir a colonização portuguesa, e foram usados igualmente pelas tropas lusitanas que acudiram de Olinda, em defesa e que foi combater aos potiguares no sopé da Chapada da Borborema.

As tropas terrestres que vieram apoiar a construção e a manutenção da Fortaleza dos Santos Reis percorreram essas mesmas antigas trilhas, e vinham de tribo em tribo, encontrando-as, como dispostas em rosário, e combatendo-as.

O primeiro caminho da Capitania – useiro e vezeiro -, que vinha da Paraíba por Tamatanduba, atravessava a várzea do Cunhaú, volteava a lagoa de Guaraíras – onde hoje é Tibau do Sul – passava por Campo de Santana velho, flexionava para oeste em direção à aldeia da aldeia de Mopubu, e dali alcançava Natal em um estirão

fatigante por dentre as dunas de Cajupiranga, serviu durante séculos aos esforços de consolidar a presença lusitana na região.

Quando se percorre partes desses caminhos - ainda as há, quase que intocadas – a impressão que se tem é de que eram como que túneis a atravessarem extensões fechadas de grandes e altas matas, pouco propícias a serem desbordadas, de visão periférica interior difícil, como que feitas a propósito para gente emboscada. As picadas eram estreitas, e a locomoção obrigava ao dispersamento da tropa. Um entreveiro nelas, com gente mal distinguida atacando, apresentava poucas opções de se retrair em ordem ou furtar-se ao combate em posição desfavorável.

Dominar a geografia, portanto, entender os caminhos, conhecer as picadas e as trilhas no meio da mataria, é vital para vencer. Da mesma forma, esse conhecimento, esse deslindar do emaranhado de picadas, das opções de caminho, das localizações dos elementos econômicos fundamentais como currais e aldeias, dos passos de rios, da posição das lagoas, das possibilidades de trânsito de um para outro lugar, é básico na compreensão de determinados fatos dessa época histórica tão importante que, tal qual um *landmark* – assinala um momento ímpar na história.

Este trabalho nasceu da percepção de que partes dessas velhas trilhas ainda persistiam, e esta percepção foi nascida da identificação arqueológica, feita pela equipe de um dos autores, Walner B. Spencer, em 2005, de uma parte do caminho colonial que cruzava – ao tempo em que ainda existia – uma língua de terra a leste da lagoa de Guaraíras, em direção ao abandonado local do primeiro e secular Campo de Santana, ao pé do Morro da Fumaça.

O trabalho de pesquisa é o resultado de uma parceria científica com o Natal Land Clube, na pessoa de seu presidente, o engenheiro aeronáutico Levy Pereira.

Mais de 4.000 quilômetros foram rodados em fins de semana, para conhecer, deslindar, percorrer, perguntar, conferir, confrontar, testar hipóteses e conjecturas.

Um agradecimento em especial a algumas pessoas:

Ao jornalista e jipeiro Roberto Guedes, que apresentou os autores um ao outro, pois teve a intuição de que a parceria entre os dois seria culturalmente frutífera; ao Dr. Edgard de Carvalho, grande conhecedor das histórias desta terra, e que tão cortês e desprendidamente nos deu acesso à sua coleção de mapas e cartas geográficas coloniais; ao engenheiro Tadeu Deusdará, que nos proporcionou apoio técnico no geo-referenciamento de diversos mapas; aos membros do Natal Land Clube, que, em seus Land Rovers, participaram das viagens de busca e identificação dos caminhos de Margrave, com suas intermináveis – e por vezes tediosas – idas e vindas; aos integrantes da SONARQ – Sociedade Norte-rio-grandense de Arqueologia e Meio

Ambiente – que estiveram sempre dispostos ao trabalho de campo, buscando indícios e vestígios identificatórios, e mantendo o espírito de camaradagem.

3. A transposição dos mapas de Margrave para ferramentas do Século XXI.

Objetivo: indicar da forma mais precisa possível em mapas de GPS os entes dos mapas da costa do Ceará e da Prefeitura do Rio Grande feitos por Margrave e publicados em 1647

Mapas utilizados:

Mapas Base:

- Mapas “*MARITIMA BRASILIAE UNIVERSAE*” e “*PREFECTURAE DE PARAIBA, ET RIO GRANDE*” obtidos do conjunto “BRASILIAE Geographica & Hydrographica Tabula nova, continens Praefecturas de Ciriji, cum Itapoáma, de Paranambúca, Itâmaracá, Paraíba, & Potijí, vel Rio Grande”.

Mapas contemporâneos:

- Pranchas NATAL, SÃO JOSÉ DO MIPIBU e GUARABIRA, do IBGE, em escala 1:100.000;
- Mapas municipais de Macaíba, Canguaretama, Natal, São José do Mipibu, Extremoz, São Gonçalo do Amarante, Ceará Mirim, Parnamirim, Nísia Floresta e Goianinha, escala 1:10.000.

Mapas de GPS:

- Mapas Tracksource Municipal e Tracksource Rodoviário elaborados pelo Projeto Tracksource Brasil para os softwares GPS TrackMaker e GARMIN MapSource;
- Mapas, imagens e objetos do software Google Earth.

Mapas históricos:

- “Capitania General de Pernambuco” publicado no livro do Henry Koster;
- “PROVINCIA DI PARAIBA” BN cart96519fo13

Entes trabalhados:

- Hidrográficos: rios e lagoas;
- Topográficos: cabos, baías, portos e barras de rios;
- Todos os entes nomeados (topônimos) e destacados na “NOTULARUM EXPLICATIO”, quadro com a convenção da simbologia para cidades, aldeias, fortalezas, caminhos, matas, campo, igrejas, currais, engenhos, casas, etc.;
- Todos os entes não nomeados mas reconhecíveis.

Ferramentas informáticas utilizadas:

- Equipamentos GPS – empregados na navegação para alcançar e mapear pontos de interesse, seus acessos e trajetos (caminhos): GARMIN GPSMAP 278, GARMIN GPSMAP 60 CSx e GARMIN GPSMAP 276C;
- Softwares de interação microcomputador-GPS:
 - GTM TrackMaker, <http://www.gpstm.com/>;
 - MapSource, da Garmin Ltd, <http://www.garmin.com/>;
 - Google Earth, da Google, <http://earth.google.com/>.
- Digitalização de imagens – scanner integrado HP Photosmart C3180 All-in-One e scanner ..., para digitalização dos mapas base e contemporâneos;
- Edição de texto e tratamento e apresentação de informação – MS Office: Excell, Word e Power Point;
- Máquina fotográfica e filmadora digital para registro digital de imagens usadas no trabalho e sua documentação.

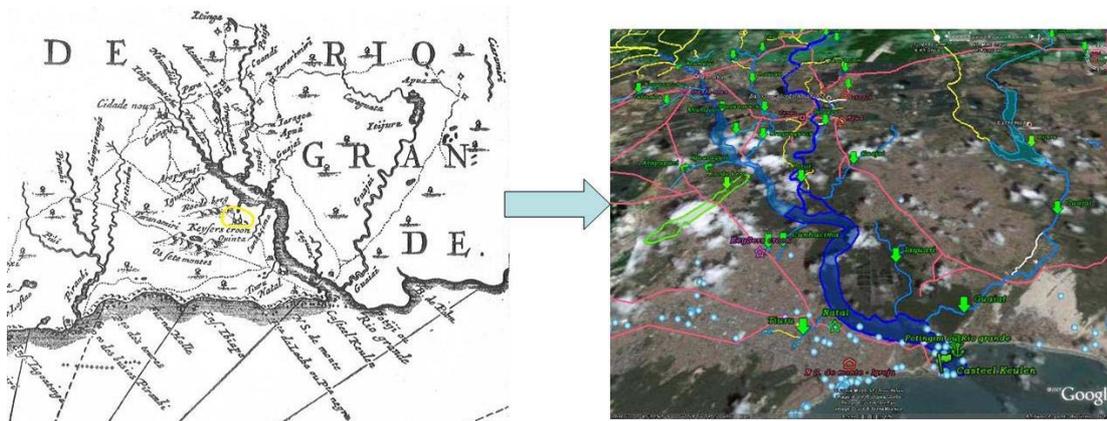
3.1 O papel dos softwares de interação microcomputador-GPS.

- GTM TrackMaker – escolhido pela facilidade de
 - Editar os entes básicos do mapeamento para GPS, a saber:
 - Ponto de interesse (waypoint) - usado para identificar entes pontualmente, tais como engenho, cidade, curral, fortaleza, salina, etc.;
 - Trajeto – empregado para definir rios, linha de demarcação ou de limite, e caminhos;
 - Polígonos fechados, para desenhar lagoas, rios largos e áreas de interesse.
 - Receber as imagens digitalizadas dos mapas base e contemporâneos para calibração, tornando-as pseudo-georeferenciadas, e assim podendo ser usadas para auxiliar na edição dos entes;
 - Interagir com o aparelho de gps, carregando ou descarregando waypoints e trajetos;
 - Transferir para o programa google earth os entes e as imagens digitalizadas de mapas.
- Garmin Mapsource – escolhido por ser o único capaz de transferir para aparelhos de GPS os mapas base de navegação em campo como o Tracksource Roteável Rodoviário e o Tracksource Municipal. Carregados com esses mapas, os aparelhos de GPS podem criar rotas eficientes de forma automática para se chegar por vias em uso nos ou nas proximidades dos entes.
- Google Earth – escolhido como programa para a apresentação e divulgação dos resultados deste trabalho, entre outros, pelos seguintes motivos:
 - Software livre, bastante popular, de fácil obtenção e de utilização interativa e simples;
 - Baseado em imagens de satélite, apesar de que em algumas regiões a resolução dessas imagens, por enquanto, ainda não apresenta resolução alta. Isso tem tendência de melhorar no futuro próximo.
 - Possui capacidade de girar o mapa transposto em qualquer sentido, o que possibilita visualiza-lo na orientação em que foram originalmente desenhados os mapas base, ou seja, com os paralelos no sentido vertical, com o oeste ao alto da imagem, e os meridianos no sentido horizontal, com o norte à direita;
 - Disponibiliza muitas ferramentas de organização e apresentação, com objetos tais como pastas, caminhos, marcadores e polígonos.

3.2 Metodologia de associação dos entes nos mapas de Margrave nas ferramentas de mapeamento e navegação atuais.

Ou, como transpor de:

Para:



A metodologia geral tem as seguintes etapas:

1. Inventário dos entes nos mapas base, relacionando ou marcando todos os topônimos nominados e os entes não nominados mas que sejam inequivocamente reconhecidos;
2. Identificação validada, positiva e imediata de topônimos:
 - Reconhecimento dos topônimos nos mapas contemporâneos cujo nome tenha sobrevivido sem ou com pouca mudança. Exemplos: Natal, hoje Natal, Trairi, hoje Trairi;
 - Identificação dos topônimos cujo nome se perdeu nos tempos através de pesquisa bibliográfica, incluindo-se aí mapas antigos.
3. Identificação probabilística, visando tornar o ente com localização difusa ou com localização altamente dispersa para ente com localização mais confiável ou de menor dispersão.

Para organizar e facilitar o trabalho de identificação, o mapa foi subdividido, do sul para o norte, em subáreas correspondendo aproximadamente às das bacias hidrológicas, e a abordagem seguiu, sempre que possível, a seguinte ordem:

- i. Entes na costa;
- ii. Entes hidrológicos, os rios e lagoas;
- iii. Caminhos;
- iv. Demais entes.

Também para facilitar a identificação dos caminhos, estes foram segmentados em trechos curtos, tais como entre vaus de rios, entroncamentos de caminhos, pontos notáveis, como cidades, engenhos ou fortalezas, ou combinação disso.

O processo de identificação probabilístico:

O cerne deste trabalho é esse processo iterativo de identificação probabilística, pois se inicia baseado em entes geográficos do mapa base transcritos em mapas contemporâneos, sob hipóteses baseadas em proximidade relativa, semelhança de forma geográfica ou em informação bibliográfica inconclusiva ou parcial.

A validação parcial ou completa, ou então a invalidação dessas hipóteses de localização, está prevista para ser conseguida pela pesquisa de campo geográfica e, sucedendo-a, a arqueológica.

Cada ente sofre um progresso de reforço de probabilidade de localização à medida que cada etapa dessa validação progride, mesmo nos casos em que uma dessas prováveis localizações seja descartada.

Esse processo é iterativo e tem uma fase prévia, que é o lançamento dos mapas contemporâneos digitalizados e dos entes com identificação validada no programa de interação micro computador GTM TrackSource.

Em seguida, sucedem-se as seguintes sub-etapas:

1. Lançamento e edição dos entes com identificação probabilística no programa *GTM tracksource*;
2. Carga dos pontos de interesse e trajetos desses entes no aparelho de GPS;
3. Pesquisa em campo, visitando a região do(s) ente(s) pesquisado(s), registrando em equipamento de GPS os trajetos e pontos relevantes, anotando as observações e contato com a população, fotografando ou filmando-os;
4. Registro dos dados obtidos;
5. Análise dos dados obtidos. Os de natureza geográfica são editados no programa *GTM tracksource*, corrigindo posições, editando e enviando contribuições ao Projeto Tracksource Brasil, para adição e melhoria dos mapas de GPS;
6. Retorno à etapa 01, para nova iteração.

3.3 A simbologia adotada para os mapas de GPS.

Os símbolos empregados nos mapas de GPS replicam aqueles do NOTULARUM EXPLICATIO dos mapas base numa relação biunívoca.

Convencionamos diferenciar os entes não hidrológicos com identificação validada daqueles ainda com identificação probabilística usando a cor verde para os primeiros e rosa para os ainda em avaliação, infelizmente, em alguns símbolos, ainda a grande maioria.

Na hidrologia adotamos uma convenção de cores diferente: para os com identificação validada, na cor azul e com marcador verde, rósea para os probabilísticos, inclusive seu marcador, amarelo para os não mapeados no mapa base. Finalmente, adotamos a cor branca para desenharmos trechos de hipotéticos cursos de rio no Século XVII e colorimos seus marcadores.

No decorrer deste trabalho chegamos à conclusão de que deveríamos mapear os elementos hídricos não mapeados ou que não constam nos mapas base, pois isso pode, na maioria dos casos, significar uma informação de que o levantamento em campo desse mapa feito no período colonial holandês não passou por esse rio ou lagoa. Isso também ajuda a delimitar a área detalhada no mapa base.

3.4 Produtos já decorrentes deste trabalho.

- Arquivos dos softwares Garmin *MapSource* e *GTM TrackMaker*, para carga em GPS e para visualização, aprimoramento ou expansão deste trabalho, com os seguintes objetos da Prefeitura do Rio Grande e costa do Ceará constantes nos mapas base:
 - Pontos de interesse (waypoints) razoavelmente bem localizados ou na melhor posição probabilística de cidades, portos, fortalezas, engenhos, currais, aldeias, salinas, currais, fontes, campinas e matas da;
 - Trajetos dos caminhos coloniais, na melhor posição probabilística.
- Arquivo do programa *Google Earth* para visualização, aprimoramento ou expansão deste trabalho, com os seguintes objetos da Prefeitura do Rio Grande e costa do Ceará constantes nos mapas base:
 - Pontos de interesse (waypoints) razoavelmente bem localizados ou na melhor posição probabilística de cidades, portos, fortalezas, engenhos, currais, aldeias, salinas, currais, fontes, campinas e matas da;
 - Trajetos de todos os caminhos coloniais, na melhor posição probabilística.
- Planilha Excell com todos os topônimos e acidentes geográficos não nominados, mas reconhecíveis, com os respectivos comentários dos autores deste trabalho e excertos da pesquisa bibliográfica e de mapas.
- Várias contribuições ao Projeto Tracksource Brasil para melhoria ou acréscimos aos mapas de GPS.

4. Considerações finais

O primeiro questionamento que se impõe diz respeito às razões que permitiram que se mantivessem íntegras pequenas partes dos caminhos originais dos tempos holandeses.

A principal delas diz respeito à economia dos lugares nos quais isso aconteceu, os quais reparam entre eles determinadas características. Uma delas, quiçá a mais importante, é o impacto amainado da pecuária e das plantações de subsistência.

A pecuária extensiva causa pouco impacto na paisagem, preservando as feições antigas dos lugares. Assim o plantio doméstico de hortaliças e a feitura de pomares frutíferos.

A outra, prende-se a fatos peculiares, como a mudança dos eixos de trânsito que dão vazão à economia – ferrovias abandonadas, estradas desusadas, mudanças de pólos econômicos, alteração da produção agrícola – adicionada de acidentes ambientais como a abertura da lagoa de Guaraíras para o mar, na segunda década do século XX, que flagrantemente modificou o potencial da região isolando-a economicamente.

Já a moderna lavoura da cana de açúcar foi causa do desaparecimento de velhos caminhos, ou de suas alterações ao ponto de os tornarem irreconhecíveis.

Os canaviais antigos ocupavam preferencialmente as várzeas mais drenadas e o início de suas encostas. Assim, os tabuleiros foram poupados ao plantio industrial da cana de açúcar, isto até 1970, quando da instalação no Estado das grandes usinas de alto rendimento, principalmente com a implantação dos projetos de produção de álcool combustível.

Plantio mecanizado e moderno, ele nivela as terras a serem plantadas, aplainando-as onde possível. Este tipo de tratamento do solo altera profundamente a feição da paisagem. Ao par disso, a busca de eficiência no manuseio e transporte intra-lavoura e com a usina de beneficiamento demanda o corte e a abertura racional de estradas interiores, não respeitando as trilhas venerandas do passado.

Foi em razão do aumento da área plantada dos canaviais, a partir dos anos 70 que as matas sofreram um grande desbaste apoucando-se e mesmo terminando de existir em grandes extensões – seja mata atlântica, seja mata litorânea -, mormente na zona sul da região objeto da pesquisa.

A descaracterização e o desaparecimento dessas antigas passagens não é objetivo das unidades açucareiras envolvidas, pois a importância delas como patrimônio histórico era desconhecida, pois as próprias estradas o eram.

Este trabalho ensinará a comunicação a essas grandes empresas da importância cultural de tais elementos da paisagem, no afã de realizar uma parceria

positiva para a preservação – ou mesmo a identificação *in loco* – das trilhas de interesse histórico.

Nos 375 anos que se passaram, muitos pontos sofreram modificações radicais e extremas. Pequenos riachos sumiram, naturalmente assoreados ou artificialmente aterrados; lagoas dessecaram; outras, como a extensa lagoa Cunhaú – ou Cunhai, no mapa base – foram de tal maneira infestadas de altas aningas⁸, que só com muita dificuldade foi reencontrada.

A mudança toponímica foi de bastante e variada monta, apresentando desde o caso em que houve pouca ou quase nenhuma modificação, até o total desaparecimento de topônimos – mesmo da memória coletiva dos lugares -, a corruptela de muitos outros e a migração de nomes de um para outro elemento geográfico.

Uma das mais características do mapa de Margrave é a sua nítida intenção de marcar os pontos de interesse sócio econômicos, em detrimento das indicações de cunho militar.

Assim, ele demarca a existência de cidades, aldeias (abandonadas ou ativas), engenhos (movidos à água ou por força animal), e currais de gado. Estes últimos geralmente estão situados em locais nos quais os acidentes geográficos auxiliavam naturalmente na contenção dos animais, como encontro de rios, pântanos, lagoas, etc., facilitando o seu manejo - no sentido de malhada do sertanejo -, assim como eram os antigos rincões gaúchos.

Duas cidades assinaladas simbolicamente pela convenção do mapa não foram identificadas com certeza: uma, a do Keisers Croon, e a outra, a Cidade Noua (cidade nova). Da primeira, nem rastros, mesmo na memória histórica ou na tradição oral; a segunda, ainda sob análise, promete ser, efetivamente, restos de um projeto holandês de construir uma cidade para reunir a administração da Prefeitura, o qual teria sido iniciado na área ao sul da atual cidade de Macaíba.

Esta pesquisa ainda está em seu começo, e este trabalho é a primeira parte. As próximas etapas privilegiarão o estudo e a pesquisa sistemática de identificação de vestígios arqueológicos porventura existentes nos caminhos, validando-os definitivamente e incorporando-os à história da região.

Um dos resultados prementes é a descoberta de que as trilhas eram através de matas cerradas, altas e de difícil trânsito, próprias para emboscadas, pois a vantagem

⁸ Planta da família das aráceas (*Montrichardia linifera*) de fibras aproveitáveis para cordoalha, no fabrico de papel, etc.

ficava nitidamente do lado do atacante que, de tocaia, esperava conscientemente as tropas que se movimentavam, a dois de fundo, pelas picadas.

Os armamentos europeus da época não possuíam facilidade de manuseio, eram pesados e de carregar pela boca. A pólvora negra, fumarenta, era higroscópica, i.e., absorvia a umidade do ar do interior da floresta. O alcance era curto – cerca de 60 metros em seu melhor – e a munição disparada perdia eficácia em meio à galharia das matas. Que reste claro que esses fatores afetavam mais a quem sofresse o ataque do que ao tocaia. Bordunas e armas brancas eram as armas decisivas nesses entreveios. Ambas eram bem manejadas pelos indígenas e ainda favorecia aos atacantes, pela escolha do lugar e pelo momento de empenhar o combate, livre de bagagens e matalotagem.

Destarte, nesses confrontos, o jeito europeu de lutar levava desvantagem enorme, o que não acontecia nas ocasiões em que as tropas se defrontavam em campo aberto. Esta, por certo foi uma das razões que protegeu a Prefeitura do Rio Grande dos assaltos destrutivos das forças irregulares dos pernambucanos, pois significativa parte dela era formada de campinas.

É necessário que se aponte que nas regiões em que houve o dinamismo histórico daquela época, não havia o problema de abastecimento de água, bastante fácil em todo ele, ainda mais naquela época, com menores alterações ambientais.

Salvar estes patrimônios históricos, permitir que sejam percorridos nas suas partes mais significativas, incentivar o seu estudo e sua análise, incluí-los em roteiros turísticos temáticos, conscientizar os poderes públicos e as empresas privadas de suas responsabilidades culturais, são objetivos a serem alcançados com o seguimento do presente trabalho.

Ao final, ele pretende contribuir para a consolidação da identidade dos norte-rio-grandenses e fazê-los mais orgulhosos a cada dia de pertencerem a esta terra.

5. Bibliografia consultada

BARLÉU. Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. 2ª ed. Tradução e anotações de Cláudio Brandão. Brasília: Ministério da Educação, 1940.

BARO. Roulox; MOREAU. Pierre. *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo. EdUSP, 1979.

CALADO. Frei.Manuel. *O valeroso lucideno e triunfo da liberdade*. Recife: FUNDARPE, 1985.

- CASAL. Aires de. *Corografia Brasilica: ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976. (Coleção Reconquista do Brasil, 27)
- CASCUDO. Luís da Câmara. *Geografia do Brasil holandês*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1956. (Coleção Documentos Brasileiros, 79).
- _____. *Nomes da terra – Geografia, História e Toponímia do Rio Grande do Norte*. Natal: Fundação José Augusto, 1968.
- _____. *História da cidade do Natal*. 2ª ed. Natal: EdUFRN; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/INL – MEC, 2ª Edição, 1980;
- _____. *História do Rio Grande do Norte*. 2ª ed. Natal: Fundação José Augusto; Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.
- COELHO. Duarte de Albuquerque. *Memórias Diárias da Guerra do Brasil: 1630 1638*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982, 366 p. (Coleção Recife, 12).
- GERRITZ. Hessel. Journaux et nouvelles tirée de la bouche de marins hollandas et portugais, etc. In: *Annais da Bilioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, vol. XXIX, 1909.
- KOSTER. Henry. *Viagens ao nordeste do Brasil*. Tradução e Notas Luís da Câmara Cascudo. Rio de Janeiro: Nacional, 1942. Título original: Travels in Brazil.
- LAET. Joannes de. *História ou Annaes dos feitos da Companhia das Índias Ocidentais desde o seu começo até ao fim do anno de 1636*. Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, vol. XXX e XXXI, 1912-1913.
- LEITE. Serafim, S.J. *História da Companhia de Jesus*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Lisboa: Livraria Portuguesa. 1943, tomos II e III.
- LIRA. Augusto Tavares de. *Domínio Hollandez no Brasil, especialmente no Rio Grande do Norte*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. Dezembro de 1914.
- MEDEIROS FILHO. Olavo de. *No Rastro dos Flamengos*. Natal: Fundação José Augusto. 1989.
- MELO. José Antônio Gonçalves de. *Tempo dos flamengos*. 3ª ed. Recife: FJN / Massangana, 1987. (Coleção Estudos e Pesquisas, 60).
- NIEUHOF, Joan. *Memorável Viagem Marítima ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP. 1981.
- RAPHAEL DE JESUS. Frei. *Castrioto lusitano ou História da guerra entre Brasi, e a Hollanda, etc*. Paris: Aillaud, 1844 (Digitalizado, Harvard University Library).
- SANTIAGO. Diogo Lopes. *História da Guerra de Pernambuco*. Recife: FUNDARPE. 1984. 612 p. (Coleção pernambucana. 2ª fase, 1).

SESMARIAS DO RIO GRANDE DO NORTE. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado;

Natal: IHGRN, 2000, 5 vol. (Coleção Mossoroense, série C, 1136-1140)

SOARES. Antônio. Dicionário Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Mossoró: ESAM, 1988, v. 1. (Coleção Mossoroense, 417).

SOUSA. Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil.* Comentários e Notas de Varnhagen,

Pirajá da Silva e Edelweiss, São Paulo: MEC, 1974.

SPENCER. Walner Barros. *Ecos de silêncio: a história indígena recusada.* Dissertação

de Mestrado em Ciências Sociais (Antropologia).UFRN. Natal, junho de 1999.